

| | |
|--|-------------------|
| Tudo e nada: a aposta do capital em Moçambique | Título |
| Bellucci, Beluce - Autor/a | Autor(es) |
| La globalización y el Consenso de Washington: sus influencias sobre la democracia y el desarrollo en el sur | En: |
| Buenos Aires | Lugar |
| CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales | Editorial/Editor |
| 2008 | Fecha |
| Sur-Sur | Colección |
| Productos manufacturados; Industrialización; Democracia; Inversión extranjera directa; Política económica; Violencia; Trabajo; Capital; Instituciones financieras internacionales; Economía internacional; Mozambique; África; | Temas |
| Capítulo de Libro | Tipo de documento |
| http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100711083135/08bellu.pdf | URL |
| Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es | Licencia |

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



BELUCE BELLUCCI*

TUDO E NADA: A APOSTA DO CAPITAL EM MOÇAMBIQUE¹

O ARTIGO RESUME DUAS APOSTAS econômicas para a redução da miséria em Moçambique, um dos países mais pobres do mundo, mostrando a completa esquizofrenia entre elas: capital de um lado e trabalho do outro. Mas o capital ganhando sempre.

A profunda crise pela qual atravessa Moçambique, país da África austral, desde o último quarto do século XX, com reflexos econômicos, sociais, culturais e políticos, o coloca num dos últimos lugares no Índice do Desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD (2004). No IDH de 2002, publicado em 2004, Moçambique ocupa o 174º posto no *ranking* de 177 países listados. Dos 36 países com IDH baixo, 32 são da África subsaariana. Dos 50 países africanos arrolados, 32 estão entre os com IDH baixo, 17 com IDH médio e um (Seycheles) com IDH elevado.

Em se tratando de tantos países africanos que estão com Baixo Desenvolvimento Humano e tratando-se de países que foram colo-

* Doutor em história econômica pela USP. Diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos e pró-reitor da Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, Brasil.

1 XXII Assembléia Geral Ordinária da CLACSO, IV Conferência Latino-americana e Caribenha de Ciências Sociais, 20 a 25 de agosto de 2006, Rio de Janeiro, Brasil.

nizados no século XX, conclui-se logicamente que há indicação da cumplicidade colonial na crise moçambicana de hoje. A ação colonial recente na África foi, sem dúvida, a forma de o capitalismo garantir trabalho mal-remunerado e transferir renda para as metrópoles. As razões dos países moldados pelo colonialismo no século XX e que se encontram em situações semelhantes nas macroestruturas econômicas, sociais e políticas, são as mesmas quando tratadas à luz da história econômica. Não é por acaso que, em decorrência de processos semelhantes de invasão e ocupação, de exploração colonial e de modernização, esses países encontrem-se em situações parecidas e muito críticas.

A modernização em Moçambique, incluindo a constituição do Estado-nacional e a implantação do socialismo, deu-se tardiamente no contexto mundial (anos 70): quando os Estados-nação começavam a perder peso nas relações internacionais e a verem reduzidas as suas margem de manobra e soberania.

Nos anos 80 apareceram as políticas neoliberais e os programas que visavam recuperar a economia, que tinha se endividado e desestruturado durante o período modernizador desenvolvimentista e viu reduzida a quase um terço a sua capacidade produtiva. O processo de modernização da economia em Moçambique deu-se lentamente no período colonial, com sinais consistentes a partir dos anos 60. Esta bandeira, totalmente reformulada, foi retomada e aprofundada pelo governo socialista da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), constituído após a independência. Particularmente, em Moçambique, a crise da modernidade se deu nos moldes socialistas. Mas não podemos imputar a este, as razões da crise, pelo fato da grande maioria dos países africanos também se encontrarem em crise e que apenas poucos dentre eles vivenciaram a experiência socialista. Entretanto, é de se remarcar que a experiência socialista moçambicana, foi a mais profunda e duradoura na África (1976-1986).

No pós-segunda Guerra, enquanto o novo ciclo de crescimento econômico capitalista acelerava o processo de independência nas colônias de seus parceiros coloniais, Portugal retardou o quanto pôde a independência das suas. No caso de Moçambique, essa protelação resultou em dez anos de luta armada de libertação nacional, conduzida pela Frelimo liderada e seu segundo presidente, Samora Moisés Machel (o primeiro, Eduardo Mondlane, foi assassinado pela PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado - em 1969). A luta armada levou Moçambique à independência em 25 de junho de 1975. De 7 de setembro de 1974 ao dia da independência, formou-se um governo de transição entre o governo português e a Frelimo, tendo como primeiro-ministro Joaquim Chissano. Machel tornou-se o primeiro presidente

de Moçambique, em regime de partido único e constituição socialista. A Frente transformou-se em Partido Frelimo, em 1977.

Com uma economia dependente dos vizinhos, África do Sul e Rodésia, (atual Zimbábue), e países de governos racistas apoiados pelos Estados Unidos, Moçambique sofreu os efeitos de uma guerra de desestabilização empreendida por esses governos que lhe causaram prejuízos incalculáveis. Mesmo assim, a Frelimo aprofundou os projetos de modernização da economia e das relações sociais iniciados na década de 60 pelos portugueses, através da criação de um forte setor estatal e processo de assalariamento. A guerra de desestabilização conseguiu interiorizar-se em meados dos anos 80, em função das dificuldades dos projetos estatais em assegurar a produção, pela ausência dos valores “tradicionais” na estrutura de poder, pelo abandono a que ficou relegada à sociedade doméstica (entenda-se aqui como a grande maioria da população rural com organização societal própria anterior ao colonialismo e que se mantém até hoje), mas, sobretudo, pela retaguarda e forte apoio bélico, militar e econômico dado ao MNR (depois Renamo) pela África do Sul.²

A partir de 1983 a situação social, política e econômica se deteriorou ao ponto de tornar Moçambique extremamente vulnerável e dependente de ajudas humanitárias, para minorar os efeitos da guerra, das catástrofes naturais e das dificuldades econômicas enfrentadas. Naquele ano o governo fez um acordo de não-agressão (que não vingou) com a vizinha África do Sul e outro (que vingou) com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), iniciando o abandono de suas políticas socialistas.

As dificuldades econômicas enfrentadas foram de ordens diferentes. Havia os fatores internos provenientes da distância entre os projetos da Frelimo e a sua capacidade de realização. Assinale-se que o descompasso entre o que ela desejava e o que realmente poderia realizar, estava ligado a fatores históricos. Era fruto das propostas modernizantes e socialistas, no quadro progressista do sistema mundial vigente. Mas também deparava com fatores externos provocados pela guerra de desestabilização, que almejava exatamente atingir a débil economia moçambicana.

2 MNR, Movement National Resistance, depois Mozambique National Resistance, fundado em 1976 pelo governo racista de Ian Smith, na Rodésia, e apoiado por antigos colonialistas. Com a independência do Zimbábue em 1980, transferiu-se para a África do Sul, quando então suas ações em território moçambicano tornaram-se constantes e sanguinárias. Somente mais tarde, com a adesão de dissidentes da Frelimo, assume-se como partido político e o nome em português, Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), liderada por Afonso Dhakana até os dias de hoje. Tem representação parlamentar e dirige inclusive algumas cidades importantes.

No final dos anos 80, a Frelimo promoveu uma série de mudanças, inclusive na constituição, instituindo o multipartidarismo, abandonou a economia centralizada e aderiu às regras da economia de mercado. Em agosto de 1992 foi assinado o acordo de paz entre a Frelimo e a Renamo e eleições diretas foram realizadas em 1994, com a Frelimo vitoriosa e Joaquim Chissamo eleito presidente. Vale lembrar que em 1986 o presidente Machel morreu vítima de um possível atentado contra o avião presidencial, na África do Sul, tendo assumido a presidência J. Chissano, então ministro dos Assuntos Estrangeiros. Este 1999 foi reeleito para um segundo mandato. As eleições de 2004, também foram vencidas pela Frelimo, que elegeu o Armando Guebuza.

A paz está efetivamente estabelecida no território desde o acordo de '92, ficando, entretanto, as suas não poucas seqüelas. A partir daí, o quadro político passou a ser estável sem clima de beligerância política. A violência social e institucional existente é fruto do processo *normal* de acumulação de capital entre os que possuem e os que não possuem bens e propriedades, com as polícias e as milícias particulares pon-do ordem. As seqüelas, além dos traumas psicológicos, das mortes, dos desaparecidos, dos milhões de deslocados (os dados indicam mais de 4 milhões, num país de 16), dos feridos e aleijados; são as estruturas sociais desorganizadas, que se recompõem lentamente, o retorno de capitais e de relações de produção antigas provenientes da África do Sul e de Portugal, com os mesmos sotaques e tapas, com as mesmas impunidades requeridas à ação do capital, bem como, as proteções aos poderosos, agora de todas as cores.

Se o presente não é alentador, o futuro tampouco é promissor. As expectativas otimistas prevêem que ainda levarão décadas para se chegar ao nível de produção de 1973, o maior de Moçambique. Para enfrentar esta situação, o Ministério do Plano e Finanças parte da premissa de que

[...] sem estabilidade econômica, não existe um ambiente que estimule o crescimento econômico, sem o qual não existe redução da pobreza. (...) a estabilidade econômica é fundamental para o crescimento das economias. A estabilidade é normalmente medida por variações no nível de preços, nas taxas de juro e nas taxas de câmbio. Estas variações são determinadas, em geral, por políticas que afetam a procura da economia. Estas políticas são a política monetária, fiscal e cambial. Estas três políticas são majoritariamente determinadas pelos governos (Franco, 2002: 215-216; ênfase própria).

Em 1950, a população moçambicana era cerca de 6,5 milhões de habitantes. A partir daí cresceu de forma acelerada, atingindo 7,6 milhões em 1960; 9,4 milhões em 1970; 12,1 milhões em 1980; 14,4 em 1991

e 16,9 milhões em 1999. É o quarto país mais populoso entre os 14 países que integram a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).

Em 1997, o Produto Interno Bruto (PIB) do país foi calculado entre US\$ 2,4 bilhões e US\$ 3,4 bilhões, variando segundo a fonte, PNUD ou BM. Em 1998, o PIB de Moçambique rondou os US\$ 3,9 bilhões, para os quais a região norte contribuiu com 21%, a região centro com 31% e o sul com 48%.

Segundo os relatórios do governo, cerca de 70% da população moçambicana vive em condições de pobreza absoluta, pobreza essa que é tanto de privação material como cultural e da vida em geral, e o país tem o Índice de Pobreza Humana mais elevado em toda a região da África Austral.

Em termos globais, os resultados do desempenho econômico no início da década atual, continuam a mostrar concentração econômica na região sul do país, com cerca de 51% da população e 49% da produção do país, na qual se destaca a cidade de Maputo, com uma contribuição na produção de cerca de 36,9%. Segue-se a região centro, com uma contribuição de 27,7%, e finalmente o norte, com 21,3%.

O PIB *per capita* nacional alcançou os US\$ 200,00 em 2000. A importância da agricultura em Moçambique evidencia-se, acima de tudo, pelo fato de envolver 80% da população, embora contribua com menos de 30% no PIB, enquanto que aproximadamente 70% das receitas de exportação agregadas derivam de produtos agrícolas e de recursos renováveis.

A agricultura continua a ser a atividade com maior peso na economia, tanto no nível nacional como no regional, mas com uma participação que declina ao longo dos anos em favor de outros setores, como a indústria manufatureira e o comércio. Em 1997, a agricultura representava 24,9% do PIB, e em 2000 sua contribuição no total da produção diminuía para 22,9%. No mesmo período, em contrapartida, o setor da indústria manufatureira registrava um incremento na sua participação, passando de 9,9% em 1997, para 13,6% em 2000.

A esperança de vida em Moçambique é de 42 anos, contra 48,9 na África subsaariana. De acordo com os organizadores do Relatório do PNUD, os dados poderiam ser “ainda mais positivos”:

[...] Não fossem os efeitos do HIV/SIDA, certamente captados pelas tendências de natalidade e mortalidade do recenseamento da população em 1997, e se a taxa de crescimento econômico tivesse mantido a tendência dos anos anteriores, os resultados seriam, decididamente, ainda mais positivos. Os resultados renovam a esperança de que, embora haverá um longo caminho a percorrer, Moçambique está, em

termos puramente relativos, a dar passos importantes na redução de carências de sua população (PNUD, 2000: 21).

A taxa de alfabetização da população adulta é de 39,6%. Ou seja, apenas cerca de 6,4 milhões dos 16,1 milhões de moçambicanos sabem ler e escrever. A porcentagem de moçambicanos cursando do nível primário ao superior aumentou nos últimos cinco anos, passando de 29% em 1997, para 36% em 2000.

Até 1975 tinha-se em Moçambique um capitalismo colonizado, com forte presença do Estado salazarista. Com a independência, impôs-se a modernização socialista, entendida como um sistema produtor de mercadorias apoiada num Estado forte, com diferenças formais dos modelos capitalistas. A partir de 1992, instalou-se um sistema capitalista, democrático e liberal. Pessoas, mercadorias e capitais passaram, então, a circular livremente do Rovuma, ao Maputo. Os ajustes jurídicos foram realizados, deixando o país pronto para a nova inserção internacional, ao gosto do grande capital. Entretanto, nunca o país esteve tão dependente e com tanta miséria. Depois de toda a contribuição na produção de riqueza para o sistema mundo no século XX, destarte, a situação na nova ordem mundial é a parte que lhe cabe no desenvolvimento.

Neste contexto, vejamos em linhas gerais duas propostas no âmbito da política econômica elaboradas no final da década de 90, pelo Ministério do Plano e Finanças, com o apoio direto de organismos internacionais e de *experts* de conceituadas universidades. Elas são apresentadas como complementares e a base central produtiva, para a eliminação da pobreza.

OS MEGA-PROJETOS

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) é um dos pilares da política econômica, utilizado por grandes grupos de capital, geralmente em parcerias, no planejamento global de suas ações para a produção em escala mundial.

Os países africanos têm recebido um montante reduzido de investimentos estrangeiros, embora sofram fuga de capital em larga escala, “na medida em que os detentores dos ativos transferem os recursos para locais mais seguros” (MacPherson, 2002: 134). Por isso, o Ministério do Plano e Finanças de Moçambique procurou realizar reformas institucionais para atraí-los, criando um cenário no qual os retornos dos investimentos privados tenham riscos proporcionais àqueles disponíveis no estrangeiro (será o risco-Moçambique, para os capitais não morrerem de fome?).

Em 1997, o IDE em Moçambique totalizava US\$ 65 milhões, mas, nos cinco semestres seguintes, o governo permitiu que fosse realizado em seu território, um empreendimento para a produção de alumínio no valor total de US\$ 1,34 bilhão. Trata-se do Projeto Mozal, que começou a funcionar em junho de 2000. Segundo o relatório *World Investment Report* (2000) da UNCTAD, esse investimento colocou Moçambique no sexto lugar do *ranking*, atrás apenas de Angola, Egito, Nigéria, África do Sul e Marrocos. Em 1999, a África recebeu na modalidade de IDE cerca de US\$ 10 bilhões, que não se comparam aos 106 bilhões que foram para a Ásia e aos 90 bilhões direcionados para a América Latina.

Como o PIB em Moçambique em 2000 era de cerca de US\$ 4 bilhões, o impacto de projetos dessa natureza é profundo nas contas do país. É de se considerar ainda diversos outros mega-projetos, como são conhecidos, que estão em diferentes estágios de preparação: a duplicação da capacidade da Mozal, que prevê ampliação da hidroelétrica de Cahora Bassa; a construção de uma nova estação hidroelétrica em Mepanda Uncua; o projeto de gás natural de Temane e Pande; o projeto de fundição de ferro e aço de Maputo; o projeto dos corredores de areias pesadas para explorar as areias minerais titaníferas; o Projeto Dobela Port, para construir um porto profundo em Maputo, entre outros.

Os estudos do Ministério do Plano e Finanças, composto por consultores da Harvard University, revelam que esses mega-projetos terão grande impacto no PIB e na Balança Comercial, mas não no rendimento nacional e na Balança de Pagamentos, devido à compensação dos fluxos financeiros, aos pagamentos do serviço da dívida e à repatriação dos lucros. Como eles são de capital intensivo, boa parte dos pagamentos será para o serviço da dívida aos credores estrangeiros e para a remessa de lucros. O impacto desses projetos na criação de empregos locais será pequeno, em face às suas características técnicas. Somente 5 mil empregos diretos seriam criados em seis mega-projetos, chegando a 15 mil nas empresas de suporte, sendo calculados em mais de US\$ 1 milhão cada emprego oferecido.

A construção da Mozal durou dois anos e meio. Em 1998, foram aplicados US\$ 220 milhões em serviços de terraplenagem e construções, em 1999 mais 875 milhões e, em 2000, foram 245 milhões para aquisição de equipamentos. Apenas 6% do valor do projeto foram despendidos em bens e serviços e mão-de-obra em Moçambique, não significando que tenham remunerado fatores nacionais, pois os subcontratantes utilizavam recursos estrangeiros.

A capacidade total de produção anual será de 245 mil toneladas de alumínio, toda exportada, num valor estimado de US\$ 400 milhões. Serão importadas 500 mil toneladas de alumínio e 96 mil toneladas de co-

que, ao custo de US\$ 90 milhões, além de grande utilização de energia elétrica, fornecida pela Motraco, empresa nova, com linhas de transmissão através da África do Sul, a um custo estimado em US\$ 60 milhões. Outros custos adicionais serão de US\$ 80 milhões para serviços importados, US\$ 2 milhões para serviços domésticos e 4 milhões para impostos de circulação. Serão empregados 650 moçambicanos, com salários de US\$ 5 milhões ao ano, e 90 estrangeiros. Outros empregos vêm sendo criados, para serviços de segurança, alimentação, etcetera.

A estrutura financeira foi constituída por 38% de capital próprio, 50% de empréstimo (quase todo da África do Sul, na forma de empréstimo de exportação, sendo ela que fornece a energia) e 12% de empréstimo subordinado. O financiamento do capital próprio foi de US\$ 520 milhões, repartidos entre a Billiton (47%), a Mitsubishi (25%), a IDC (24%) e o governo de Moçambique (4%). A parte do governo, de US\$ 20 milhões, foi financiada pelo Banco Europeu de Investimento. O serviço da dívida anual (juros e amortização do capital) destes empréstimos totais está previsto em US\$ 80 milhões, e o valor agregado direto doméstico será de aproximadamente US\$ 160 milhões/a.a. A produção do projeto terá um impacto no PIB ligeiramente acima de 5%, mas o efeito direto no rendimento nacional, isto é, o rendimento acrescido aos moçambicanos, será de US\$ 18 milhões/a.a.

Espera-se um lucro de US\$ 65 milhões/a.a., sendo a parte do governo (4%) de 3 milhões. A Balança Comercial terá um saldo favorável de US\$ 160 milhões (400 milhões de exportações menos 240 milhões das importações), mas o efeito global na Balança de Pagamento será pequeno, pois todos os lucros, salvos os US\$ 3 milhões do governo, deverão ser repatriados. Assim, somente os US\$ 4 milhões do imposto de circulação e os US\$ 3 milhões de dividendos ficarão nas receitas do governo. Pode-se acrescentar US\$ 1 milhão de impostos diretos sobre o trabalho. Por se tratar de uma zona de livre exportação, a Mozal está isenta dos impostos indiretos.

A fase 2 do projeto, já concluída em 2004, e da qual, não dispomos de dados, propiciaria a duplicação da produção. Durante as fases de construção, serão criados 2.650 empregos, mas o número de empregados para garantir a produção total será de 1.300 após 2004, segundo o projetado.

Com as mesmas características do Projeto Mozal, estão programados outros mega-projetos. Ou seja, forte impacto no PIB, algum na Balança Comercial, menor na Balança de Pagamentos e muito pouco no valor agregado, em termos de criação de emprego e renda nacional. Como toda a produção é exportada, assim como quase todo o lucro, extrai-se de Moçambique uma mais-valia, não por sua força de trabalho barata, mas, pela existência de energia abundante requerida para a produção de alumínio, no caso da Mozal, ambiente político para aceitar indústria tão poluente e facilidades para expatriar os lucros.

A política governamental indica que os mega-projetos são importantes, pois são orientados para a exportação e assim “trazem benefício, ao ligar Moçambique à economia internacional”. Além disso, acredita-se que “o comércio internacional demonstrou ser particularmente importante como um canal para o desenvolvimento e difusão de tecnologia” (Andersson: 2002, p. 553). Quanto otimismo na previsão de que Moçambique irá se apoderar da tecnologia da produção de alumínio... Mas continuemos com o consultor de Harvard, ligado ao Ministério do Plano e Finanças, defendendo os mega-projetos:

Os projetos são mostruários para possibilidades de investimentos em Moçambique. Eles melhoram as infra-estruturas e disseminam muitos benefícios para os cidadãos. Proporcionam oportunidades de formação para a força de trabalho moçambicana. Os mega-projetos estão também vinculados à larga base de recursos naturais de Moçambique. *Para além disso, a Mozal, MISP [Projeto de Fundação de Ferro e Aço de Maputo] e os Corredores de Areias exigem, todos, grande quantidade de energia elétrica, e a disponibilidade de energia barata tem sido importante para as suas localizações.* Um aspecto importante para a Mozal tem sido o tratamento recebido em Moçambique da parte da União Européia sob a Convenção de Lomé. O alumínio produzido em Moçambique será importado para EU com isenção de impostos. *Os mega-projetos, entretanto, não irão resolver o problema de desemprego em Moçambique. Todos são de capital intensivo e somente um número limitado de empregos diretos está sendo criado* (Andersson, 2002: 553; ênfase própria).

O impacto global no PIB dos seis mega-projetos tomados em conjunto será grande, sem dúvidas. Se os projetos previstos forem realizados, poderá se ter um crescimento do PIB, em 2010, da ordem de 37%, mas um crescimento do rendimento nacional de apenas 7%, com 20 mil novos empregos. Nesse mesmo período, estima-se um ingresso de 3,7 milhões de pessoas no mercado de trabalho moçambicano. O que fazer com essa mão-de-obra disponível? Os *experts* encontraram a solução. Ao lado desses projetos de capital intensivo, propõem projetos de mão-de-obra intensiva, também para exportação, os chamados investimentos EIMI. Vejamos como isso funciona.

AS EIMI - EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA DE MÃO-DE-OBRA INTENSIVA

As EIMI devem ser um elemento central na estratégia de desenvolvimento “pró-pobre”, diz Sarkar, *expert* do Ministério do Plano e Finanças, sentenciando que Moçambique tem tudo para atraí-las. Em contraste com os mega-projetos que quase não geram empregos, es-

sas indústrias podem criá-los e rapidamente. Como exemplo, cita o caso de três fábricas com capital de Taiwan, sub-contratadas da Nike, que produzem calçados esportivos no Vietnã com 45 mil postos de trabalho. E ainda o Lesoto, que criou 19 mil empregos na indústria de vestuário e calçado, com US\$ 100 milhões em receitas de exportação. Nesse caso, vale lembrar trata-se de valores exportados e não de valores agregados ao país. Avança ainda, que muitas economias dos chamados “tigres asiáticos” incrementaram a sua industrialização a partir desse tipo de indústria, como a Coreia do Sul, Malásia, Tailândia e até o Vietnã. Cita também o caso das Ilhas Maurício, que passou de país pobre exportador de algodão, a um país rico, com exportação diversificada. E, finalmente, propõe que em função do

[...] alto nível de fluxos de IDE [investimento direto estrangeiro] nos anos recentes, e a *abundância de mão-de-obra barata* em Moçambique, poder-se-ia esperar que o país ajust[ass]e de maneira ideal as operações da indústria de mão-de-obra intensiva em áreas como vestuário e têxteis, agro-processamento, produtos de couro, brinquedos, artigos de desporto e montagem elétrica. A vantagem competitiva de Moçambique e a localização geográfica favorável colocam-no numa posição vantajosa para a atração de investimentos de EIMI como um motor de crescimento sustentável e criação de emprego. Além disso, o ambiente tributário é altamente favorável e à criação de zonas francas (Sarkar, 2002: 475, ênfase própria).

Pergunto como se pode pretender que o “desenvolvimento sustentável” assente numa indústria praticamente sem capital fixo, que pode ser transferida a outro país rapidamente, em função de flutuações, como a redução salarial num outro país ou porque os salários domésticos aumentaram?

Logo adiante o planejador confessa que “os recentes aumentos no salário mínimo [em Moçambique], se contínuos, irão também minar a vantagem competitiva de Moçambique em indústrias de exportação de mão-de-obra intensiva” (Sarkar, 2002: 476). Como se vê, antes mesmo do processo começar, já se encontra em risco pelo possível aumento do salário mínimo. E isso num país (atestado no mesmo documento do Ministério do Plano e Finanças) que tem como prioridade reduzir a pobreza absoluta e cujo salário mínimo é menos de US\$ 40,00 mensais... Ou a proposta da industrialização EIMI não é séria; ou não é séria a de se reduzir a pobreza. Parece-nos ser essa última, a mais provável.

Pela proposta, são consideradas vantagens dessa industrialização a aprovação da *Africa Growth and Opportunity Act*, de junho de 2000, dos Estados Unidos, que abre mercado a esse tipo de produtos; assim como o fenômeno denominado “gansos voadores”, em referência à fuga dos investimentos de países como as Ilhas Maurício, onde os sa-

lários aumentaram (assim que aumenta, acaba...); o novo protocolo comercial da SADCC que facilita essas transações; bem como o acordo de preferências comerciais com a Europa.

Estas indústrias, não se deve esquecer, baseiam-se em processos de trabalho geralmente individuais ou familiares, utilizando poucos meios de produção (máquinas de costuras, colas, etc.) pertencentes aos trabalhadores, que recebem as matérias-primas e se limitam a realizar um esforço físico intenso, num processo de montagem, colagem, corte ou costura, dependendo do produto. A empresa empregadora não tem capital no país, trazendo suas matérias-primas para um ciclo produtivo para serem trabalhadas localmente, e retornarem com um produto acabado para ser vendido no mercado internacional. Têm-se aí as calças, camisas e gravatas de grifes, os tênis e sapatos de marca e, num processo um pouco mais sofisticado, os produtos eletroeletrônicos e os informatizados. São, portanto, processos de trabalho individualizados que permitem exploração extra:

A individualização do trabalho [é o processo pelo qual] a contribuição da mão-de-obra ao processo produtivo é definida de forma específica para cada trabalhador e em razão de cada uma de suas contribuições, seja na forma de trabalho autônomo, seja como mão-de-obra assalariada contratada individualmente e com base em um mercado amplamente desregulamentado (Castells, 2002: 97; ênfase própria).

Esse processo, utilizado nas exportações da indústria de mão-de-obra intensiva, constitui um dos aspectos da formação da super-exploração, responsável pela exclusão de vários países e regiões, e pode ser definido como o termo que indica relações trabalhistas

[...] que permite[m] que o capital retenha sistematicamente os pagamentos/alocação de recursos ou imponha condições mais rigorosas de trabalho a determinados tipos de trabalhadores, piores do que seja considerado norma/regra em um dado mercado de trabalho em determinado tempo e espaço. Isso se refere à discriminação contra imigrantes, minorias, mulheres, jovens, crianças ou outras categorias de trabalhadores discriminados, do modo como tolerada ou sancionada por órgãos de regulamentação. Uma tendência significativa nesse contexto é o surgimento da mão-de-obra remunerada infantil em diversas partes do mundo, sob condições de extrema violência, exploração e incapacidade de defesa, revertendo o padrão histórico de proteção social às crianças, existente não só na última fase do capitalismo industrial, mas também no estatismo industrial e nas sociedades agrícolas tradicionais (Castells, 2002: 97).

As propostas do FMI, do BM e do grande capital (a alternativa EIMI), que foram encampadas por diversos governos, como o de *Moçambi-*

que, país com 70% da população vivendo em miséria absoluta, não as diferenciam, nem mesmo no cinismo, dos programas de bem-estar para os africanos do período colonial.

De novidade, os mega-projetos atuam no antigo quadro moçambicano com muito trabalho morto e quase sem trabalho vivo, enquanto as EIMI atuam com muito trabalho vivo e quase nenhum trabalho morto.

No momento atual da globalização neoliberal, não há a convocação da população, como defendia a Frelimo dos anos 70 e início dos 80, para a participação e integração na economia, nem como trabalhadores, nem como consumidores. Embora a integração no mundo globalizado se dê pelo processo de produção, não o é pelo processo de trabalho. Investe-se muito em Moçambique nos mega-projetos. Estes visam exportar e utilizam pouca mão-de-obra local. Entretanto, o capital não extrai agora renda da sociedade doméstica. A altíssima mais-valia extraída é proveniente da alta composição do capital que explora pouquíssima mão-de-obra, além disso, estes empreendimentos pagam baixíssimos impostos e taxas locais, e não produzem para o consumo interno. A integração no processo de globalização é praticamente o aluguel que o grande capital internacional faz ao governo, de um espaço onde produz para o benefício do próprio capital de fora e de uma pequena elite local.

Para ocupar a população propõem-se, então, as Exportações das Indústrias de Mão-de-obra Intensiva. Estas não se radicam em nenhum lugar, pois sua característica é a volatilidade. É uma forma ambulante de exploração internacional, que faz parte do chamado mundo globalizado.

Não obstante, a exclusão de Moçambique não é apenas social, mas, sobretudo, econômica. A exclusão política é condição para a exclusão econômica. Moçambique aderiu de forma incondicional a todas as cartas de intenções do FMI e imposições dos credores internacionais. Instalou o processo de paz com a Renamo, democratizou o país com eleições diretas, liberdade partidária, de imprensa e de circulação de capital, mas, sobretudo, trouxe a boa *governança*, permitindo altos lucros e o seu repatriamento.

A proposta do FMI, do BM e do grande capital internacional, endossada pelo governo, para atrair os mega-projetos e as EIMI –num país com 70% da população vivendo sob miséria absoluta– muda a forma da exploração, mas continua com os mesmos objetivos das políticas coloniais de espoliação do povo moçambicano. A exploração e a humilhação que sofreram a população durante o colonialismo eram justificadas para assimilar e civilizar o indígena para o trabalho e o consumo, com o mito do desenvolvimento. Agora, nas políticas neoliberais, a exploração e a exclusão, são apresentadas com o objetivo de diminuir a pobreza e a miséria...

A ausência de alternativas efetivas permite florescer em Moçambique relações mafiosas e paternalistas, conhecidas como integrações perversas. São relações que não existiam no país e agora dominam no tráfico de drogas, no contrabando de armas, nos “grupos de proteção”, etc., ocupando lugares de destaque no mundo dos negócios, da política e da sociedade em geral. Elas correspondem às formas de trabalho praticadas na economia do crime, gerando lucros próprios que, pelas normas legais, são consideradas crime. Essas relações estão em pleno florescimento em Moçambique e dão uma dinâmica própria à exclusão social, articuladas com o capital global.

Enfim, as apostas do capital para Moçambique traduzem-se nos mega-projetos, com muito trabalho morto e quase nenhum trabalho vivo, e às exportações das Indústrias de Mão-de-obra Intensiva, com muito trabalho vivo e quase nenhum trabalho morto. Essa é a essência da atual política econômica, que se aproveita da miséria reinante para aumentar os lucros do grande capital, apoiando-se nas bandeiras da democracia, da paz, da segurança e da boa *governança*. Neste contexto se multiplicam no seio do povo, sem capital e sem trabalho, as integrações perversas, mas germinam também por entre a multidão, outras formas de rebeliões futuras.

BIBLIOGRAFÍA

- Andersson, Per-Ake 2002 “Impactos dos megaprojetos na economia moçambicana” en Rolim, Cássio et al. *A economia moçambicana contemporânea. Ensaio* (Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças).
- Bellucci, Beluce 2005 “Tem, mas acabou. Economia contemporânea em Moçambique”, Tesis de Doctorado, FFLCH, Dep. de Historia, USP, San Pablo, Brasil.
- Castells, Manuel 2002 *A era da informação: economia, sociedade e cultura* (San Pablo: Paz e Terra) Vol. 3, 3ª edición.
- Franco, António S. 2002 “Estabilidade macroeconômica e financeira. Instrumento de crescimento” en Rolim, Cássio et al. *A economia moçambicana contemporânea. Ensaio* (Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças).
- PNUD 2000 *Moçambique. Educação e desenvolvimento humano: percurso, lições e desafios para o Século XXI. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 2000* (Maputo: PNUD).
- Sarkar, Soumodip 2002 “Moçambique também pode competir! Exportações da indústria de mão-de-obra intensiva” en Rolim, Cássio et al. *A economia moçambicana contemporânea. Ensaio* (Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças).